



O Conceito de Documento em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia

Gabrielle Francinne de S.C Tanus
Leonardo Vasconcelos Renau
Carlos Alberto Ávila Araújo

Resumo: Neste trabalho parte-se do pressuposto de que o conceito de documento e a preocupação com ele não estão circunscritos apenas ao campo da Documentação. Assim, o objetivo deste artigo é apresentar alguns entendimentos sobre o conceito de documento a partir da literatura científica de três distintas áreas do conhecimento: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. A escolha destas três áreas ocorreu porque houve, nos últimos anos, um crescimento significativo de cursos de graduação, sobretudo de Arquivologia e de Museologia, em diversas universidades do país, e também pelo fato de elas lidarem com o documento. Conclui-se que o documento está presente na literatura dessas áreas, salvaguardadas suas distinções conceituais e procedimentais, e que novas abordagens têm conduzido a certas aproximações entre essas áreas com a Ciência da Informação, em razão da relação do conceito de documento com o de informação.

Palavras-chave: Documento. Arquivologia. Biblioteconomia. Museologia.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de documento não é algo novo e tampouco consensual entre professores e pesquisadores. Pensando nisso, este artigo tem como objetivo apresentar alguns entendimentos sobre o conceito de documento a partir de uma revisão de literatura de três distintas áreas do conhecimento: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Elegeu-se como objeto de estudo o documento nessas três áreas em razão da percepção inicial de que essas áreas lidam, de alguma maneira, com o documento. Além disso, desde a implantação do Plano de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), normatizado pelo Decreto nº 6.906, de 24 de abril de 2007, ocorreu um grande crescimento dos cursos de graduação em Arquivologia e Museologia, nas instituições de ensino superior em todo o Brasil. Esses cursos foram implantados, em alguns casos, nas escolas, institutos e/ou departamentos de Biblioteconomia e de Ciência da Informação, áreas do conhecimento que também se ocupam com as questões do documento.

A Documentação, campo do conhecimento criado no final do século XIX por Paul Otlet e Henri La Fontaine, é marcada por diversas visões de suas origens e de seu desenvolvimento ao longo dos séculos, mas conforme revela a sua própria denominação, sua

relação com o documento parece indubitável, ao contrário das outras áreas acima mencionadas. Uma das principais contribuições deste campo foi, justamente, a consolidação do conceito de documento, a saber:

Documento é o livro, a revista, o jornal, é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música, é também atualmente o filme, o disco e toda a parte documental que prece ou sucede a emissão radiofônica. Ao lado dos textos e imagens há objetos documentais por si mesmos (Realia) (OTLET, 1937).

Posto isto, acredita-se que o conceito de documento não é restrito à Documentação. Ele também não seria restrito a Documentologia definida por Silva (1961) como uma ciência incorporada às Ciências sociais que estuda, organiza e administra o documento. Para esse autor, a Documentologia seria formada por diversos outros ramos, como a Arquivologia, a Bibliografia (subdivida em Biblioteconomia) e a Museologia. Essa concepção pode ser notada no primeiro concurso público para preenchimento da vaga de documentalista, promovido, em 1948, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), para o qual se exigia do candidato conhecimentos de bibliotecas, arquivos e coleções museográficas. Como também pode ser notada, dez anos mais tarde, em 1958, no edital do concurso do Serviço Social Rural que previa a concepção de uma base cultural em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Assim, a abertura proporcionada pelo conceito de documento, tal como realizada por Otlet e La Fontaine, distanciando-se de seu suporte físico, comumente o papel e o livro, para o entendimento de cunho informacional, de seu conteúdo e assunto, possibilita investigar na literatura científica da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia como os teóricos dessas áreas do conhecimento entendem o conceito de documento. O objetivo aqui não é esgotar as possibilidades de compreensão dessa questão, mas apenas levantar alguns elementos que possibilitem a visualização de um quadro geral sobre essas áreas e as formas como definem e lidam com o documento – somando-se à contribuição de outros autores dedicados ao tema, como, entre outros, Marcondes (2010) e Rabello (2011).

Smit (1986), ao discorrer sobre a Documentação, revela que ela pode ser chamada com certa frequência de “Ciência da Informação”, uma vez que ambas lidam com a informação sem restringir a ideia de documentos presentes nos acervos de bibliotecas. A relação entre a Documentação e a Ciência da Informação é também apontada por Araújo (2011), visto que elas apresentam em comum a preocupação em armazenar, organizar e disseminar a informação científica e tecnológica. Além disso, a identificação de Otlet como precursor da Documentação pode ser notada na literatura da Ciência da Informação, pois

várias de suas ideias seriam, décadas depois, retomadas por teóricos da Ciência da Informação, cuja origem remonta à segunda metade do século XX (ARAÚJO, 2011).

Nessa linha, Ortega e Lara (2010) consideram como uma das obras básicas da Ciência da Informação o *Traité de Documentation*, publicado por Paul Otlet, em 1934. No artigo as autoras analisam o tema distinguindo duas correntes na construção da noção de documento para a Ciência da Informação: a corrente clássica de Paul Otlet e seus “discípulos”, de um lado, e a corrente anglo-saxônica, de outro. Embora não se tenha aqui intenção de se filiar a uma ou outra dessas correntes, tem-se como ponto de partida a obra de Otlet, sobretudo porque se visualiza nesta concepção a aproximação entre as instituições arquivos, bibliotecas e museus, deixando, para outro momento, a discussão do enlace entre a Documentação e a Ciência da Informação e a questão do documento especificamente nesta área.

Em suma, a Documentação propôs extrapolar a dimensão do suporte em direção à informação contida nos variados documentos localizados em diferentes instituições. Dessa forma, os documentos abrem caminho para a formação da memória da humanidade, independente dos formatos e suportes em que são registrados pelo homem. Esse entendimento aponta para a multiplicidade de suportes e cria os contornos de totalidade e universalidade propostos por Otlet. É por conta também desse novo olhar para o registro humano, que se pode caminhar ao lado do conceito de documento em diferentes áreas como Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

2 O CONCEITO DE DOCUMENTO NA ARQUIVOLOGIA

Os arquivos são instituições públicas ou privadas, que têm como principais funções ou processos a: criação, avaliação, aquisição, classificação, descrição, comunicação e conservação dos documentos gerados em decorrência do exercício das atividades funcionais que se estabelecem primordialmente pelas vias jurídico-administrativas (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Além dessas funções técnicas, desdobram-se dos documentos outros entendimentos essenciais para o funcionamento dos arquivos, como os princípios da proveniência ou do respeito aos fundos, da territorialidade, do respeito à ordem natural, da pertinência ou princípio temático, e o princípio da reversibilidade (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Além destes princípios da Arquivologia, os documentos de arquivo possuem certas características que lhe são peculiares tais como a unicidade, organicidade, indivisibilidade,

integridade, autenticidade e heterogeneidade de seu conteúdo (BELLOTTO, 2002; MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996).

Paes (2006), ao escrever acerca da origem dos arquivos e da importância deles para a sociedade, revela que eles guardavam os tesouros culturais da época e eram responsáveis pela proteção dos documentos que atestavam a legalidade de seus patrimônios. Não distante desses entendimentos, Gomes (1967) aponta que a origem dos arquivos teve como base o surgimento da escrita e a proliferação dos documentos nas mais variadas instâncias: individual, religiosa, jurídica, profissional, econômica, social ou nacional. Para ele, esse crescimento da quantidade de documentos decorreu da passagem de uma cultura oral para a escrita, permitindo ao ser humano conhecer na estrutura, no tempo e no espaço, o valor das palavras, levando-o a perceber que, depois da descoberta da escrita, a origem dos arquivos torna-se igualmente relevante para a sociedade.

Conceitualmente, para esse autor, o documento é considerado “[...] peça escrita ou impressa que oferece prova ou informação sobre um assunto ou matéria qualquer” (GOMES, 1967, p. 5). Pode-se inferir, então, que o documento vincula-se a materiais físicos que de alguma forma são registrados. Esses documentos são guardados e conservados em arquivos, que, por sua vez, consistem em um local onde se armazenam conjuntos de documentos com a finalidade de tornar acessível o uso das informações contidas nos mesmos. Não obstante, para Paes (2006, p. 26), o documento consiste no “[...] registro de uma informação independente da natureza do suporte que a contém”. A autora acrescenta que a distinção entre o conceito de documento e de documento de arquivo reside na diferença de sua origem e de sua coleta, a saber: “1) Aquele que, produzido e/ou recebido por uma instituição pública ou privada, no exercício de suas atividades, constitua elemento de prova ou informação; 2) Aquele produzido e/ou recebido por pessoa física no decurso de sua existência” (PAES, 2006, p. 26).

Feijó (1988) discute especificamente os arquivos escolares, no entanto, antes de adentrar a essa questão específica, ele define documento como sendo “[...] todos os papéis contendo informações que ajudem a tomar decisões, comuniquem decisões tomadas, registrem assuntos de interesse de uma organização e indivíduo” (FEIJÓ, 1988, p. 24). A definição específica de documentação escolar se origina em decorrência das características as quais os documentos se vinculam; assim, o documento escolar é um “[...] conjunto de documentos contendo informações sobre a vida escolar tanto da organização quanto do indivíduo” (FEIJÓ, 1988, p. 25). A partir da definição deste conceito, o autor classifica os

documentos escolares em permanentes e descartáveis, citados aqui, para demonstrar as possíveis aberturas do conceito de documento segundo a instituição mantenedora.

Esse exemplo do documento escolar e do arquivo escolar ilustra apenas mais uma forma existente, dentre a gama de possibilidades de documentos, de arquivos e dos tipos de arquivos. Contemporaneamente é possível notar o crescimento dos arquivos pessoais, arquivos literários, arquivos fotográficos, arquivos cinematográficos, entre outros. Os documentos desses novos tipos de arquivos contribuem para a ampliação do conceito de documento para além do suporte tradicional ou planejado. Além disso, contribuem também para o distanciamento do arquivo como instituição tradicionalmente custodiadora apenas de papéis de cunho administrativo. Diante disso, apresenta-se o conceito de Schellenberg, que dialoga como os outros formatos e suportes documentais, ou melhor, outros tipos de arquivos e documentos, isto é:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

O autor amplia o conceito de documento para a área da Arquivologia, acrescentando também, em sua obra, um paralelo entre os arquivos e as bibliotecas, cuja distinção e relação se fazem segundo gênero; origem; aquisição e custódia; métodos de avaliação; métodos de classificação e método descritivo dos documentos. Essa distinção leva Paes (2006, p. 18) a concluir que “a Biblioteconomia trata de documentos individuais e a arquivística, de conjunto de documentos”. Assim, ambas as áreas, Arquivologia e Biblioteconomia, tratam de questões suscitadas pelos documentos, mas com meios e finalidades diferentes.

Segundo Castro (1988), essa abertura do conceito de documento conduziu a sua classificação em duas formas distintas: o documento em sentido restrito e o documento em sentido amplo. No sentido restrito o documento é o livro, folheto, revista, relatório, entre outros exemplos. Acredita-se que este sentido é o mais disseminado, em razão da materialidade concedida ao documento convencional. No sentido amplo o documento pode ser visto como bem cultural, ou seja, um monumento, um sítio paisagístico. Nessa mesma perspectiva dicotômica, Rendón Rojas (2009) esclarece que, apesar da variedade conceitual no âmbito da Arquivologia, a palavra arquivo, de algum modo, conserva duas dimensões, uma tradicional, que entende o arquivo como um lugar onde se guardam documentos, e outra

que corresponde a um conjunto orgânico de documentos, o que contribui para a visão da Arquivologia como disciplina integrante do sistema informativo documental.

Emilia Currás (1982), décadas antes, tencionou a relação entre Arquivologia e Biblioteconomia, e Documentação e Informação. Para ela, as ciências documentais são compostas pela Arquivologia, Bibliotecologia, Documentação e Informação, em virtude de estas áreas trabalharem com documentos e deles extraírem a informação. A diferença entre as instituições dos arquivos, bibliotecas e dos centros de informação reside na diferença entre os tipos de documentos. Segundo a autora, os museus não integram as ciências documentais, pois diferente dos arquivos e das bibliotecas, eles são espaços preocupados em conservar as obras de arte, assumindo, portanto, a posição de que seus objetos são distintos dos documentos escritos (CURRÁS, 1982).

Por fim, é possível perceber que há na literatura uma multiplicidade de conceitos de documentos e de documentos arquivísticos, bem como conceitos de arquivos, os quais variam segundo a característica do acervo, sem, contudo, perder de vista os princípios da Arquivologia. Os entendimentos das relações dos arquivos com outras instituições que também lidam com documentos não são unânimes entre os teóricos, todavia, a proximidade entre os arquivos e as bibliotecas parece maior do que com os museus. Essa proximidade ocorre devido ao fato de ambos trabalharem com documentos materializados em duas dimensões, enquanto nos museus prevalecem os objetos/documentos em três dimensões. Desse modo, os documentos de arquivos e de bibliotecas são registrados, em sua maioria, pela escrita e seus significados, isto é, a informação, pode ser extraída deles, de forma mais direta. A totalidade das informações contidas nos objetos de um museu não se apresenta tão direta ou claramente como nas linhas de um texto. Estas questões serão tratadas nas próximas seções, dedicada à Biblioteconomia e à Museologia.

3 O CONCEITO DE DOCUMENTO NA BIBLIOTECONOMIA

Antes de iniciar a busca por um conceito de documento aplicado à Biblioteconomia é interessante ressaltar sua ramificação em: Tradicional, vinculada aos espaços da biblioteca, e Especializada, que se aproxima da Documentação, em virtude da preocupação com a informação contida nos documentos para além dos espaços institucionais. Tal distinção é discutida por Gaston Litton, no manual “Arte e ciência da Biblioteconomia”, de 1975. O mesmo autor também publicou, um ano depois, o manual intitulado “A Documentação”,

retomando nessa obra a diferenciação entre a Biblioteconomia tradicional e a Biblioteconomia especializada. Nesta mesma direção, Dias (2000) conduz a uma diferenciação entre a Biblioteconomia tradicional, que se ocupa de informação não especializada, da Biblioteconomia especializada, que se dedica a informação especializada, o que a aproxima da Documentação e da Ciência da Informação.

O conceito de documento para a Biblioteconomia especializada, sob esta argumentação, guardaria contornos muito próximos da definição oriunda da própria Documentação, pois os documentos não seriam apenas os livros, mas todas as formas documentais. Evidentemente esta abordagem não é unívoca entre os teóricos. De qualquer forma, percebe-se uma maior difusão da Biblioteconomia como campo que mais se aproxima da Documentação, mas sem juntá-las em um único campo, como é possível perceber na afirmação de Fonseca (1988, p. 87): “[...] desde suas origens, a Documentação distinguiu-se claramente da Biblioteconomia, embora fosse evidente sua ligação com a bibliografia, da qual se desprenderia quando a CDU começou a ser aplicada em arquivos e outros órgãos documentológicos”.

A aproximação entre a Documentação e a Biblioteconomia está relacionada às linguagens documentárias, sobretudo porque o código de Classificação Decimal Universal (CDU), publicado pela primeira vez em 1905, e incorporado às bibliotecas, foi o instrumento que apresentou para muitos profissionais a Documentação. Por outro lado, a Documentação encontrou na Biblioteconomia um *locus* na busca de solução para a explosão bibliográfica científica após a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, Fonseca (1988), ao distinguir a Biblioteconomia da Documentação, considera que esta última se ocupa da representação da informação científica por meio da elaboração de resumos e índices. Sabe-se que, atualmente, essas práticas já foram incorporadas ao fazer bibliotecário e está presente no cotidiano das bibliotecas especializadas e não-especializadas.

Luisa Orera Orera (2006) define a Biblioteconomia como uma ciência documental que tem por objeto de estudo as bibliotecas, entendidas como sistemas de transmissão de informação para seus usuários. Tal transferência ocorre por meio das coleções, que são formadas por um conjunto organizado de documentos. Assim o documento é compreendido a partir da ótica da coleção que integra o acervo de uma biblioteca. Segundo esta autora, a coleção pode ser vista como composta fundamentalmente por livros, pois estes foram durante anos o principal suporte de informação. Entretanto, essa perspectiva alterou-se, dando espaço para outros tipos de documentos, como as publicações periódicas, folhetos, manuscritos,

músicas impressas. Acrescenta-se ainda que, devido às mudanças no mundo da informação e na editoração eletrônica, as coleções de documentos convencionais passaram a conviver com os documentos eletrônicos, configurando a biblioteca como uma intermediária entre os usuários e os documentos de qualquer tipo, que trazem consigo as informações.

Retomando Bellotto (2006), cuja ideia integra o tópico dedicado à Arquivologia, destaca-se que as distinções dos documentos de arquivos e dos documentos de bibliotecas residem em seu nascedouro. Os documentos de biblioteca são resultados de uma criação artística ou de uma pesquisa, que objetivam a divulgação técnica, científica, humanística, filosófica, ao passo que o documento de arquivo é produzido no transcurso das atividades e funções jurídicas ou administrativas, apresentando essencialmente relações orgânicas entre si (característica central dos documentos arquivísticos).

Contudo, eleger uma definição de documento que seja própria da Biblioteconomia, nestes termos, se torna uma tarefa hercúlea, posto que a maioria dos autores faz questão de ressaltar as diferenças na aceção dos termos: “dado”, “informação”, “conhecimento” e “documento” (McGARRY, 1984). Destarte, a interpretação mais comum no campo da Biblioteconomia, e, por extensão, da Documentação, é de que o conceito de documento também é amplo, proporcionando uma miríade de possibilidades. Além disso, para ambos, o documento é produzido dentro de um contexto técnico-científico.

O bibliotecário indiano Ranganathan, na enunciação das cinco leis da Biblioteconomia (1. Os livros são para usar; 2. A cada leitor seu livro; 3. A cada livro seu leitor; 4. Poupe o tempo do leitor; 5. A biblioteca é um organismo em crescimento), recomendou que houvesse uma extrapolação do termo livro para o termo documento. Nota-se que nessa aceção, o autor indica para um contexto muito próximo da ideia de Biblioteconomia especializada dirigida à emergência técnica-científica: “O serviço eficiente, rápido, preciso e exaustivo de fornecimento de microideias em nascimento aos especialistas, exigido pela pressão social de hoje, denomina-se serviço de Documentação” (RANGANATHAN, 2006, p. 280).

Em consequência desta visão, surgiram estudos que tentavam responder a propalada explosão informacional no contexto científico, como descrito por Braga (1995, p.2): “A informação, na biblioteca, está ligada à documentação. A explosão e o caos documentário, tão bem configurados por Bradford, enfocavam e enfocam informação como sinônimo de documento [...]”.

Neste contexto, interessava mapear a produção científica, mensurá-la de alguma forma, com o intuito de viabilizar o próprio fazer científico diante de tamanho caos, e assim,

surge a Bibliometria. No Brasil os estudos nessa área emergiram na década de 1970, com a criação do mestrado em Ciência da Informação, pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que oferecia a disciplina "Processamento de Dados na Documentação", ministrada pelo professor Tefko Saracevic. Assim, a partir desse momento, inicia-se no país uma grande procura pela Bibliometria, sendo esta aplicada aos mais diversos campos (ALVARADO, 1984).

Na sequência deste acontecimento, coube à Biblioteconomia, em seus cursos de graduação e, posteriormente, de pós-graduação, dar continuidade aos estudos iniciados no mestrado do IBBD. Assim, diversos estudos, dentro das "leis" estabelecidas no contexto da Bibliometria, mas com distintas abordagens, foram realizados enfocando diferentes áreas do conhecimento. Enfim, o sentido de documento na Biblioteconomia foi sendo, cada vez mais, permeado por seu contexto científico.

Ademais, dentre os empenhos dos profissionais em relação ao tema documento, pode-se citar a criação dos tesouros e dos vocabulários controlados, que, de modo geral, representam mais um esforço no sentido de racionalizar (categorizar) a produção científica, e, com isso, melhorar e tornar mais rápida a recuperação do documento.

Retoricamente e no sentido de reforçar os argumentos, retoma-se a Ranganathan para mostrar a intrínseca relação entre a Biblioteconomia e a Bibliometria:

Porém, foi somente em 1969, no seminário anual do Documentation Research and Training Centre (DRTC), que ele apresentou um trabalho com alguns exemplos de aplicação da estatística na biblioteconomia. Foi com base neste trabalho de Ranganathan e em pesquisas realizadas no DRTC que Neelameghan (1969) esboçou a aplicabilidade da biblioteconometria, ou bibliometria, como se tornou conhecida (VANTI, 2002, p. 153).

Nesta direção, pode-se dizer que a Biblioteconomia, além de se ocupar do problema da explosão documental científica, produziu boas tentativas de respostas para as questões de armazenamento e organização de documentos. Além dos estudos bibliométricos houve um grande avanço na criação de serviços, tais como a Disseminação Seletiva da Informação, os serviços de alerta e tantos outros. Estes serviços eram considerados as formas pelas quais as bibliotecas filtravam a informação científica para os seus usuários.

Conceitualmente pode-se discutir, em outra direção, que essa relação intrínseca da Biblioteconomia com a Documentação e das noções de livro e documento trazem reflexões interessantes para a atualidade, uma vez que a Biblioteconomia consegue elaborar respostas

para as questões da Documentação e para a Ciência da Informação. Por outro lado, comparativamente, ressalta-se o forte caráter técnico-científico do termo documento para a Biblioteconomia em relação à Arquivologia e à Museologia. Pode-se ainda dizer que a simbiose entre a Documentação e a Biblioteconomia enriqueceu o campo de estudos desta última. Essa observação sob determinadas circunstâncias, pode ser feita também para a relação daquela com a Arquivologia e Museologia, sendo que estas últimas não sofreram tanta influência da Documentação proposta por Otlet, como a Biblioteconomia, que reteve, desta, aliás, o problema da explosão documentária no âmbito técnico-científico em escala global e com auspícios de universalidade.

4 O CONCEITO DE DOCUMENTO NA MUSEOLOGIA

As ideias de Hernández (2006) estabelecem uma proximidade da Museologia com a Documentação, uma vez que, dentro dos museus, existem diversos tipos de documentos, alguns cujo suporte é o papel, outros que utilizam qualquer outro suporte disponível, como pedra, metal, osso ou madeira. Todavia, “[...] em todo caso, qualquer suporte pode conter determinado conhecimento e servir de meio de transmissão desse conhecimento” (HERNÁNDEZ, 2006, p. 163). Do mesmo modo, para Chagas (1994), o documento se desdobra em objetos, livros, papéis, coleção, patrimônio cultural e natural, assim, os documentos estão presentes tanto nos museus quanto nos arquivos e nas bibliotecas.

Meneses (1998), ao definir as características do objeto, também direciona a compreensão do objeto como documento, considerando-o como um suporte de informação. Segundo o autor, no objeto encerram-se as informações intrínsecas, aquelas que referenciam aos atributos físico-químicos (forma geométrica, cor, peso, textura, dureza, etc) e as informações extrínsecas, as quais são inferidas, dando origem aos discursos sobre o artefato, que podem ser falsos, enquanto sua integridade física corresponde à verdade objetiva. Assim, cabe ao historiador, por meio do objeto/documento, interpretar as informações que aquele lhe fornece, e desse conhecimento produzido origina o que pode ser chamado de sistema documental.

Para Chagas (1994) o documento pode ser compreendido sob duas vias: a primeira remete à própria origem da palavra *docere*, “aquilo que ensina”, mais precisamente, o documento se torna um instrumento a partir do qual algo pode ser ensinado a alguém; a segunda via refere-se ao entendimento de documento como “suporte de informação”, e que só

pode ser considerado como tal se for interrogado. Desse modo, os documentos em seu nascedouro são apenas coisas e objetos, pois, para serem vistos como documentos, precisam ser problematizados e questionados. Para Meneses (1998), por sua vez, o objeto pode funcionar desde sua criação como um documento, porque pode fornecer informações diferentes daquelas previstas para a sua funcionalidade.

Seguindo essa relação entre objeto/documento, apontados pelos autores supracitados, Cândido (2006) argumenta que as instituições museológicas devem criar métodos e mecanismos que permitam o levantamento e o acesso às informações das quais objetos/documentos são suportes. Assim, são criados os Sistemas de Documentação Museológica, motivados pela preocupação em preservar, investigar e comunicar. Tais sistemas têm, portanto, a responsabilidade de armazenar as informações individuais sobre os objetos, por meio de palavras e imagens, bem como ampliar os conteúdos documentais existentes (textuais e iconográficos), e disponibilizar a base de dados para consultas internas e externas.

Além disso, os três conceitos basilares da Museologia, preservação, investigação e comunicação, presentes nas instituições de memória cultural, revelam o desafio destas instituições em manter um equilíbrio dinâmico entre esses conceitos (CHAGAS, 1994). Ao abordar essa tríade, Julião (2006) os define como campos de atuação distintos e complementares ao funcionamento adequado dos museus, os quais também devem manter equilíbrio entre si. Ao versar sobre as instituições museológicas, a autora ressalta que os museus têm, em seus acervos, objetos como documentos da cultura material, os quais servem como fonte de investigação de pesquisas históricas no espaço museológico.

Assim como Cândido (2006), Julião (2006) demonstra a importância do trabalho de investigação nos museus. Esta autora apresenta dois tipos de pesquisa: uma com base nos objetos, fruto da Documentação Museológica, sendo o profissional quem decodifica as informações contidas nesses objetos, criando instrumentos de pesquisa, como os inventários, catálogos e registros; e outra, a pesquisa propriamente dita, que envolve investigações e estudos que vão além do objeto em si, centrando-se na historicidade que o cerca, e nas relações desse objeto com seu contexto sociocultural. Enfim, “[...] é neste cenário que ocorre um progressivo desenvolvimento das pesquisas e estudos da cultura material, acompanhado da valorização do estatuto documental conferido aos objetos” (JULIÃO, 2006, p. 97).

Percebe-se, então, que a questão do documento no campo museológico suscita uma abstração, um profundo questionamento do objeto, para que se possa entendê-lo como

documento. Essa problematização do objeto/documento não é neutra, porque os objetos e documentos não são neutros, visto que a produção de documentos, de maneira consciente ou inconsciente, perpetuada pela época e sociedade que os produziram, não é “inocente”, portanto, vale ressaltar que “O documento não é inócuo” (LE GOFF, 1994, p. 547). Tem-se ainda a operação com eles, as quais são sempre de natureza retórica, pois quem fala não é o documento, e sim o historiador que fala por ele (MENESES, 1998). É também o homem com a sua subjetividade que seleciona os objetos para salvaguardá-los para as futuras gerações, o que conduz a outra questão inerente a Museologia: o processo da musealização.

A musealização, considerada uma das formas de preservação do patrimônio cultural realizada pelo homem, constitui-se de uma “[...] valorização seletiva, mas contínua no conjunto de ações que visa à transformação do objeto em documento e sua comunicação” (CURY, 2005, p. 25). Segundo Meneses (1994), a transformação do objeto em documento é o eixo da tarefa da musealização. Tal processo compreende ainda uma série de ações sobre o objeto, como a aquisição, a pesquisa, a conservação e a documentação, para ser possível realizar com o mesmo o processo de comunicação/ exposição (CURY, 2005). Deste modo, para Lara Filho (2009), o objeto musealizado assume sua função documental, e, ao assumir as consequências dessa transformação, o museu passa a trabalhar não só com bens materiais, mas também com bens simbólicos.

Posto esse enlace que se estabelece entre o objeto e o documento, traz-se, ainda, a discussão do documento como monumento, feita por Le Goff (1994), em que o monumento é visto como uma herança do passado, geralmente edificado por meio das obras monumentais. O documento, para além do registro gráfico, se funda no início do século XX, com a construção de uma nova maneira de fazer História, e, nesse cenário, os documentos passam a ser compreendidos como tudo aquilo que “[...] pertence ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (LE GOFF, 1994, p. 450).

Por fim, com a abordagem de estudos do acontecimento histórico iniciada na primeira metade do século XX pela assim chamada Escola dos Annales, houve uma abertura do conceito de documento, que impactou definitivamente o campo da História e das instituições museológicas, culminando na projeção dos artefatos/objetos como fontes de informação e instrumentos para as pesquisas históricas (BURKE, 1992). Considera-se, dessa forma, os objetos de museus, como vestígios da cultura material, os quais servem igualmente para a (re)constituição de uma memória coletiva. Nesta linha, conforme Le Goff (1994, p. 547), “Só

a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”. Essa abertura eleva a valorização do objeto/documento também como monumento, levado a outros campos do conhecimento, além da História.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se retoma a literatura das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, deve-se tomar o cuidado de não promover reducionismos, sobretudo aqueles que conduzem à observação da prática, ou do fazer propriamente dito. Este reducionismo é ilustrado, em parte, pelas afirmações mais próprias do senso comum de que a Arquivologia ocupa-se dos arquivos, a Biblioteconomia das bibliotecas e a Museologia dos museus. Acredita-se que as discussões sobre o conceito de documento contribuem para ampliar o debate epistemológico e conceitual das áreas, bem como do papel das instituições envolvidas com o tema em discussão.

O conceito de documento inserido nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia possibilitou realizar um diálogo entre as áreas. Além disso, a partir das argumentações expostas, da noção e das distinções do documento entre elas, propõe-se por meio do quadro abaixo uma síntese das ideias apresentadas. Evidentemente, não se tem a pretensão de definir ou encerrar conceitos, antes de submeter ainda que metaforicamente a cada uma das disciplinas o conceito de documento para cada uma delas, como segue:

Quadro 1 – Noção de documento nos três campos

	Biblioteconomia	Arquivologia	Museologia
Problema	Análise da literatura científica	Comprovação da origem	Sentido histórico e estético
Método	Ênfase no conteúdo/assunto	Ênfase na autenticidade/função	Ênfase no objeto/informações intrínsecas e extrínsecas
Desenvolvimento	Técnico-científico	Jurídico-administrativo	Artístico-cultural

Nesse quadro apresenta-se uma representação, entre outras possíveis, das leituras e do conceito de documento, que, de modo transversal e salvaguardadas as especificidades, perpassa as áreas. Nestes termos o documento conduz a um contorno que não se prende a uma

tentativa de mostrar forçosamente os pontos de convergência entre a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Evidencia, no entanto, alguns aspectos do conceito de documento referente àquelas áreas do conhecimento que, de alguma maneira, compartilham deste conceito. Finalmente, novas abordagens como a de Bernd Frohmann (2008), que define o documento como a “materialidade da informação”, têm conduzido o entendimento de que a informação está igualmente presente nessas áreas e na Ciência da Informação, área do conhecimento que assume desde suas primeiras conceituações a informação como seu objeto de estudo (BORKO, 1968). Portanto, acredita-se que essa relação entre o documento e a informação delinea mais uma forma de aproximação conceitual entre a Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia com a Ciência da Informação.

The Concept of Document in Archive Science, Library Science and Museum Studies

Abstract: This work starts from the assumption that the concept of document is not confined only to the field of the Documentation. Thus, the objective of this paper is to present some understandings about the concept of document from the scientific literature of three distinct areas of knowledge: Archive Science, Library Science and Museum Studies. The choice among these three areas occurred because lately these courses, especially Archive Science and Museum Studies, have been increased in several institutions in Brazil, and also because these areas work with documents. We conclude that documents are present in the literature of these areas, unless its procedural and conceptual distinctions, and new approaches have led to approximations among these areas with Information Science, due to the relationship with the concept of document and information.

Keywords: Document. Archive Science. Library Science. Museum Studies.

REFERÊNCIAS

ALVARADO, Ruben Urbizagastegui. A bibliometria no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 91-105, jul./dez. 1984.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da informação, biblioteconomia, arquivologia e museologia: relações institucionais e teóricas. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 16, p. 110-130, 2011.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Cap. 2, p. 35-43

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

BRAGA, Gilda Maria. Informação, ciência da informação: breves reflexões em três tempos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, p.84-88, jan./abr. 1995.

BURKE, Peter. **A Escola dos annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação museológica. **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 2006, p. 33- 92.

CASTRO, Astréa de Moraes; CASTRO, Andresa de Moraes. **Arquivística = técnica, Arquivologia = ciência**. Rio de Janeiro: Livro técnico, 1988.

CHAGAS, Mário. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da Documentação. **Caderno de museologia**, n. 2, 1994. P. 29-47.

CURRÁS, Emilia. **Las ciencias de la documentación: bibliotecología, archivología, documentación e información**. Barcelona: Mitre, 1982.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.

DIAS, E. W. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, p. 67-80, 2000.

DODEBEI, Vera. Cultura digital: novo sentido e significado de documento para a memória social?. **DataGramZero**, v.12, n.2, abr. 2011.

FEIJÓ, Virgílio de Mello. **Documentação e arquivos**. Porto Alegre: Sagra, 1988.

FONSECA, Edson Nery da. **Problemas brasileiros de documentação**. Brasília: IBICT, 1988.

FONSECA, Edson Nery da. Ciência da informação e prática bibliotecária. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 125-127, jul./dez. 1987.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.S.L., MARTELETO, R.M., LARA, M.L.G de (Org). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.

GOMES, F. Araújo. **Arquivo e documentação**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1967.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. Museología como ciencia de la documentación. In: LÓPEZ YEPES, José (Coord.). **Manual de ciencias de la documentación**. 2 ed. Madrid: Pirámide, 2006. p. 159-178.

JULIÃO, Letícia. Pesquisa Histórica no museu. **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 2006, p. 94-105

LARA FILHO, Durval. Museu, objeto e informação. **Transinformação**, Campinas, n. 21, v. 2, p. 163-169, maio./ago., 2009.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. In: _____. **Documento/monumento**. 3 ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1994. p. 535-553.

MARCONDES, Carlos Henrique. Linguagem e documento: fundamentos evolutivos e culturais da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.15, n. 2, p. 2-21, maio/ago. 2010.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, María Paz. **La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia**. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid: Boletín Oficial del Estado, 1996.

McGARRY, K.J. **Da documentação à informação: um contexto em evolução**. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, 1998, v. 11, n. 21, p. 89-103.

ORERA ORERA, Luisa. Biblioteconomía. In: LÓPEZ YEPES, José (Coord.). **Manual de ciencias de la documentación**. 2. ed. Madrid: Pirámide, 2006. p. 93-114.

OTLET, Paul. **Documentos e documentação**. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

PAES, Marielena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RABELLO, Rodrigo. A Dimensão categórica do documento na ciência da informação. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 131-156, 2011.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **La Archivística y las disciplinas informativas documentales: retos e cuestionamientos epistemológicos**. Disponível em: <http://eventosiuc.com/ocs/public/conferences/1/schedConfs/1/actas_EDIBCIC2009_1.pdf>.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998. 356 p.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6.ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

SILVA, Fenelon. **Documentação**. São Paulo: DASP, 1961.

SMIT, Johanna. **O que é documentação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

Informações dos autores

Gabrielle Francinne de S.C Tanus

Universidade Federal de Minas Gerais

Mestranda em Ciência da Informação, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista CAPES/REUNI vinculada ao curso de Museologia. Possui graduação em Biblioteconomia (2010), pela mesma universidade. Integra os grupos de pesquisa: "Observatório de Museus" e "Epistemologia da Ciência da Informação". Durante a graduação realizou vários estágios na área; foi também bolsista de iniciação científica e monitora de disciplina. Tem interesse em Epistemologia da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, e nas relações destas áreas com a Ciência da Informação.

E-mail: gfrancinne@gmail.com

Leonardo Vasconcelos Renau

Universidade Federal de Minas Gerais

Possui graduação em Biblioteconomia (2003), mestrado em Ciência da Informação (2007) e curso doutorado (2011-) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Teoria da Informação. Atua no segmento de Bibliotecas Universitárias participando de ações que envolvem projetos, gestão e tecnologia da informação. Possui interesse em temáticas relacionadas à Epistemologia da Ciência da Informação, relações entre Arquivos, Museus e Bibliotecas, Mediação da leitura, Memória, Cultura e Informação, Tecnologias da Informação e Comunicação.

E-mail: lrenault@face.ufmg.br

Carlos Alberto Ávila Araújo

Universidade Federal de Minas Gerais

Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996), mestrado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000), doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005) e pós-doutorado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2011). Atualmente é professor adjunto III da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi Editor Adjunto da revista *Perspectivas em ciência da informação* (1413-9936) de 2007 a 2010. Fez parte, em 2008, da Comissão de planejamento e desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de graduação em Arquivologia da UFMG e, em 2009, foi presidente da Comissão de planejamento e desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de Museologia da UFMG. Atua nas áreas de Epistemologia da Ciência da Informação e suas relações com a Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, Estudos de Usuários da Informação, Biblioteca Escolar.

E-mail: casalavila@yahoo.com.br



Artigo recebido em 28/08/2012 e aceito para publicação em 10/12/2012.